



## Aula 04

Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado  
de Alagoas

Professor Vinício Ferreira

---

## Sumário

---

<b>LEI ESTADUAL Nº 5.247/1991 (PARTE 01)</b>	<b>3</b>
<i>Do Regime Funcional</i>	4
<i>Da Nomeação</i>	5
<i>Do Concurso Público</i>	6
<i>Da Posse</i>	7
<i>Da Promoção e da Ascensão</i>	7
<i>Da Transferência</i>	8
<i>Da Readaptação</i>	8
<i>Da Reversão</i>	8
<i>Da Reintegração</i>	9
<i>Da Recondução</i>	9
<i>Do Aproveitamento</i>	10
<i>Do Exercício</i>	10
<i>Da Lotação</i>	12
<i>Da Remoção</i>	13
<i>Da Redistribuição</i>	13
<i>Do Acesso</i>	13
<i>Da Estabilidade</i>	14
<i>Da Vacância</i>	14
<i>Da Substituição</i>	16
<b>QUESTÕES COMENTADAS</b>	<b>17</b>
<b>LISTA DE QUESTÕES</b>	<b>23</b>
<b>GABARITO</b>	<b>25</b>
<b>RESUMO DIRECIONADO</b>	<b>26</b>

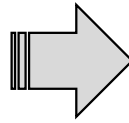
Neste PDF, você vai estudar a **primeira parte da Lei nº 5.247/1991**, que institui o **Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas**, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais.

Todas as questões utilizadas neste PDF são **inéditas**.

**Boa aula!**

## Lei Estadual nº 5.247/1991 (parte 01)

Lei Estadual nº 5.247/1991



Institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais

A Lei nº 5.247/1991 é o **estatuto** dos servidores públicos civis de Alagoas.

Professor, o que é Regime Jurídico Único?

Guerreiro(a), é o **conjunto de normas que disciplinam as relações de trabalho** dos servidores público civis da administração direta, autárquica e fundacional pública, definindo-lhes os direitos, responsabilidades e deveres.

A seguir, observe a quem se aplica e a quem não se aplica a Lei nº 5.247/1991.

Lei nº 5.247/1991	
Aplica-se	Não se aplica
<ul style="list-style-type: none"> <li>- servidores civis</li> <li>- órgãos da administração direta</li> <li>- autarquias e fundações públicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- militares</li> <li>- empresas públicas</li> <li>- sociedades de economia mista</li> </ul>

Agora, observe os conceitos previstos na mencionada Lei.

Adotar-se-ão, para efeitos desta lei, as <b>definições</b> a saber	
Função	É o <b>conjunto de atribuições e responsabilidades</b> cometíveis a uma categoria funcional ou individualmente a determinado agente da Administração, em caráter permanente ou transitório
Cargo	É um <b>centro unitário e indivisível de competências</b> , criado por lei, com determinação própria e em número certo, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público
Servidor Público Civil	É quem, <b>legalmente investido em cargo público civil da administração direta, autárquica e fundacional pública</b> , mantém com o ente estatal relação de trabalho de natureza profissional, sob vínculo de dependência hierárquica
Regime Jurídico Único	É o <b>conjunto de normas que disciplinam as relações de trabalho</b> dos servidores público civis da administração direta, autárquica e fundacional pública, definindo-lhes os direitos, responsabilidades e deveres

**Destaque:** os cargos públicos devem ser criados e extintos por lei, não sendo possível através de decreto do Chefe do Poder Executivo.

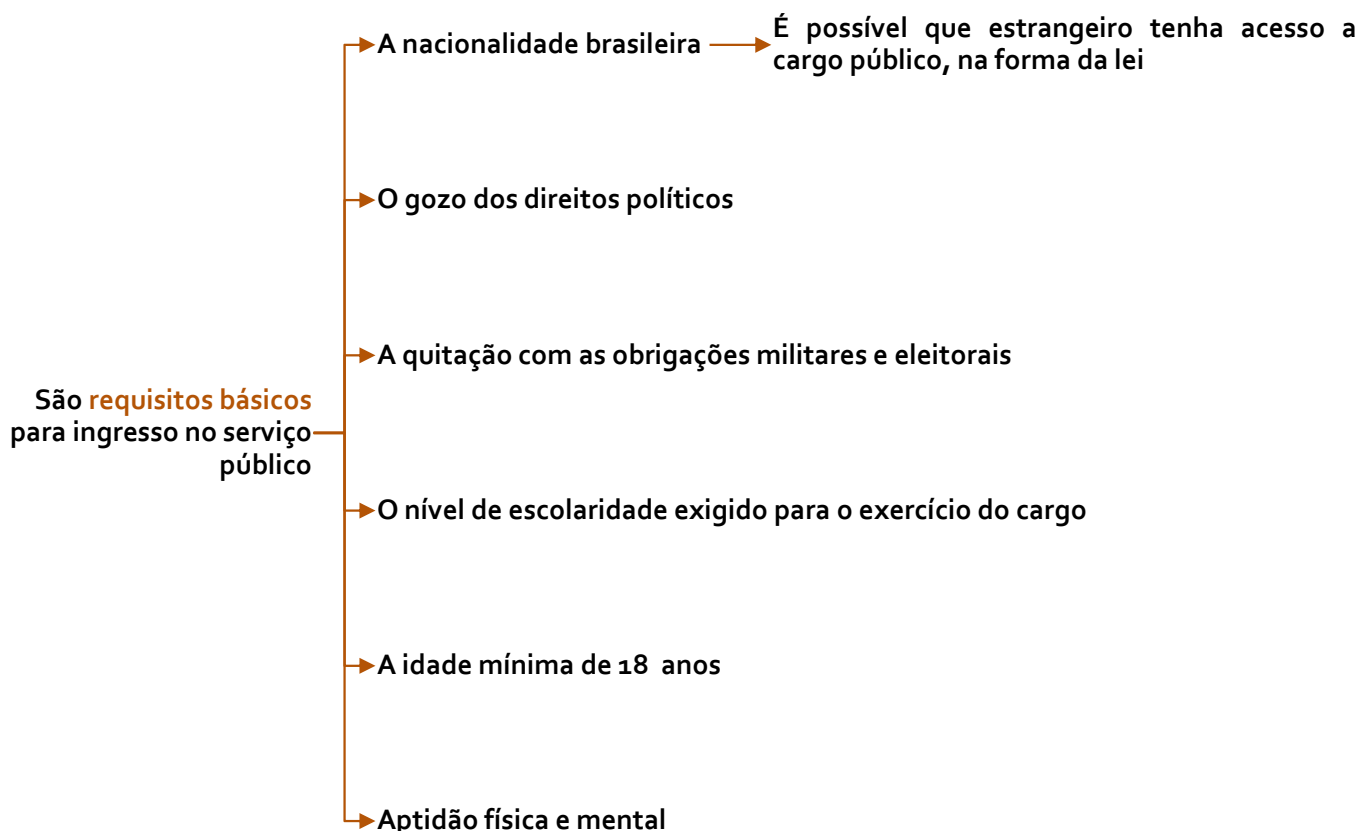
Professor, como se dará a acessibilidade aos cargos públicos?

Amigo(a), os cargos públicos civis são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de investidura estabelecidas na lei.

É possível a prestação de serviços gratuitos?

Guerreiro(a), **é vedada (proibida)** a prestação de serviços gratuitos, **salvo** nos casos expressamente previstos na lei.

## Do Regime Funcional



Professor, podem haver a exigência de outros requisitos?

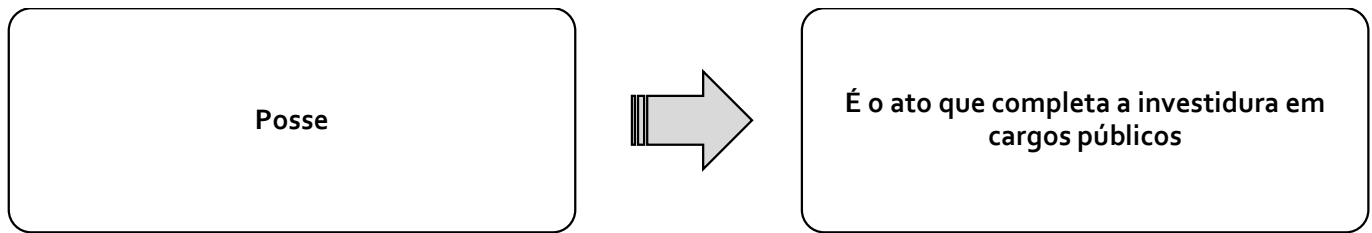
Caro(a) aluno(a), sim. A natureza das atribuições de cargo determinado pode justificar a exigência de outros requisitos específicos, desde que estabelecidos em lei.

Professor, há reserva de vagas para pessoas com deficiência?

**Resposta: sim.** Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição a concurso público para provimento de cargo cujas atribuições estejam aptas a exercer, **sendo-lhes reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas.**

O provimento inicial dos cargos públicos far-se-á **mediante ato de autoridade competente** de cada Poder, completando-se a investidura com a **posse**

Atenção:



As formas de provimento de cargo público são divididas em **originária** e **derivadas**.

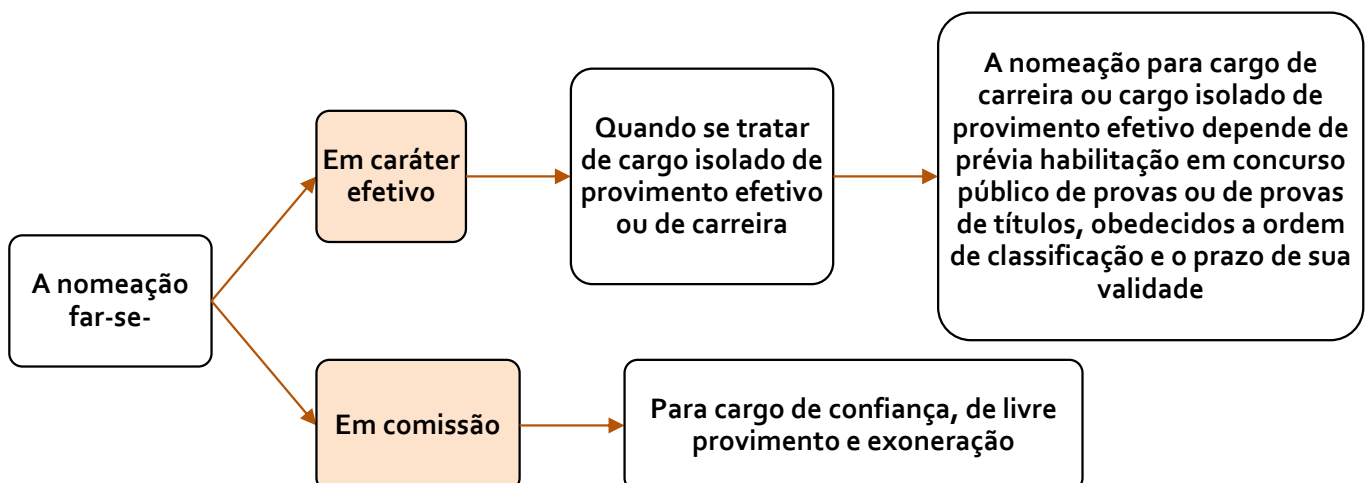
**Forma originária** é aquela que inaugura o vínculo entre o servidor e o Estado: é a nomeação.

**Formas derivadas** são aquelas que decorrem de um vínculo já existente: são todas as demais.

Formas de provimento de cargo público	
Originária	Derivadas
- nomeação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- promoção</li> <li>- ascensão (declarada inconstitucional)</li> <li>- transferência (declarada inconstitucional)</li> <li>- readaptação</li> <li>- reversão</li> <li>- reintegração</li> <li>- recondução</li> <li>- aproveitamento</li> </ul>

### Da Nomeação

Guerreiro(a), você pode entender a nomeação como o ato administrativo de convocação para que uma pessoa tome posse de cargo público.

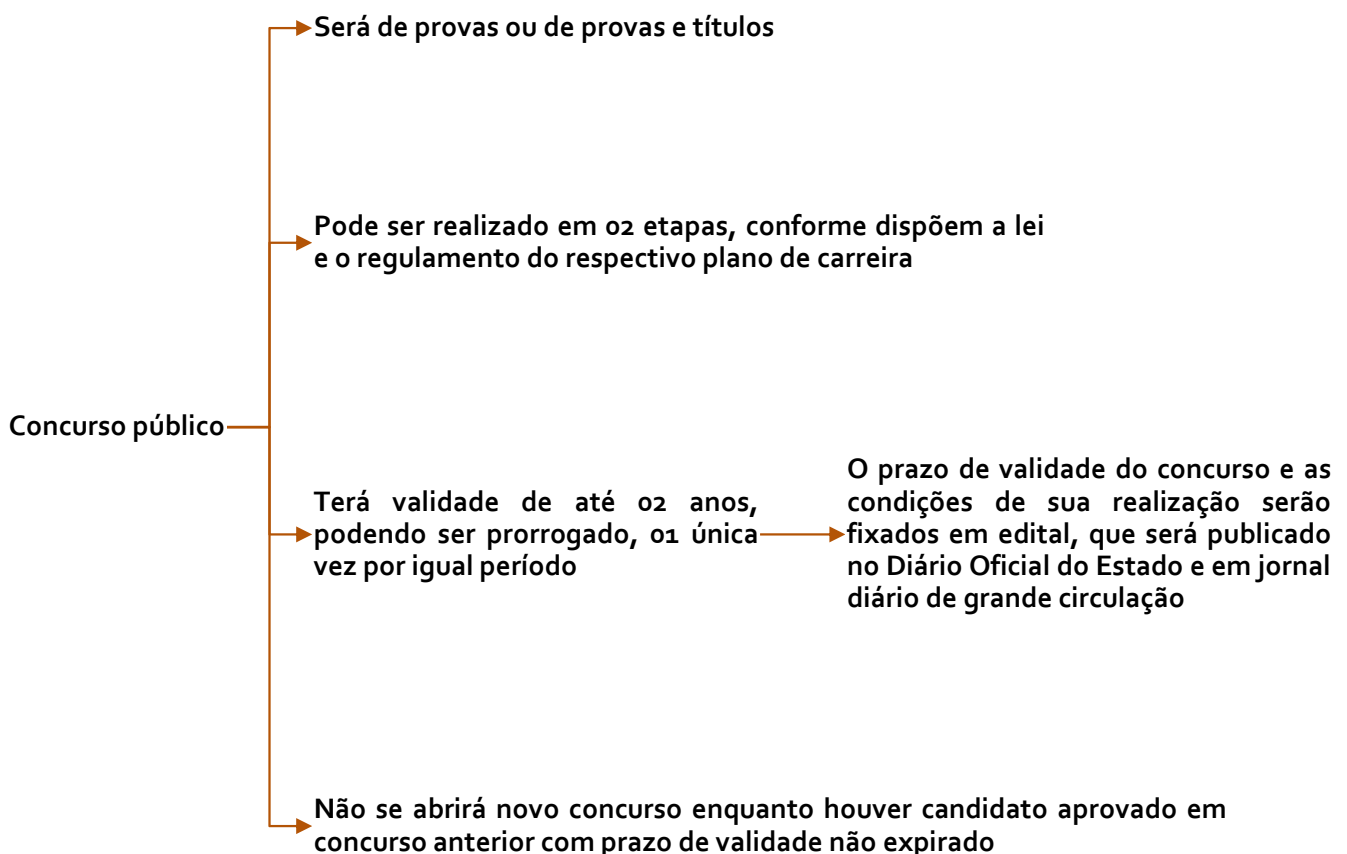


**Atenção:** os demais requisitos para o ingresso serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira da administração pública estadual e seus regulamentos.

**Atenção às principais diferenças atuais entre cargos efetivos e em comissão:**

Distinções	
Cargo efetivo	Cargo em comissão
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos</li> <li>- O ocupante está sujeito a estágio probatório</li> <li>- Sujeita o ocupante a estabilidade</li> <li>- É destinado às mais variadas atividades, especialmente aquelas típicas de Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É de livre nomeação e exoneração</li> <li>- Não tem estágio probatório</li> <li>- Não sujeita o ocupante a estabilidade</li> <li>- É destinado, exclusivamente, às atribuições de direção, chefia ou assessoramento</li> </ul>

### Do Concurso Público



## Da Posse

### Atenção:

Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º **Apenas haverá posse** nos casos de provimento de cargo por nomeação, acesso e ascensão.

Professor, qual o prazo para tomar posse?

Amigo(a), a posse ocorrerá dentro do prazo de **30 (trinta) dias** contados da publicação do ato de provimento, **prorrogável por mais 30 (trinta) dias**, a requerimento do interessado. Em se tratando de servidor em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, **o prazo será contado do término do impedimento**.

O que vai ocorrer se a posse não for tomada no prazo legal?

**Resposta:** a inoportunidade da posse **determinará a deseficacização do ato de provimento**.

Guerreiro(a), se a posse não for tomada no prazo legal, **tornar-se-á sem efeito o ato de provimento**.

Na posse, deve ser apresentada declaração de bens?

Caro(a) aluno(a), sim. No ato da posse o **servidor apresentará declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio** e do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

A posse é ato personalíssimo?

**Resposta:** não. A posse pode ser tomada através de procuração específica. A posse através de procurador **fica condicionada à apresentação de instrumento público de mandato, com outorga de poderes especiais para tal fim**.

Professor, a posse dependerá de instrução médica?

Guerreiro(a), sim. A **posse dependerá de prévia inspeção médica oficial**, em que se comprove a aptidão física e mental do candidato para o exercício do cargo.

## Da Promoção e da Ascensão

### Atenção:

**Art. 15.** O desenvolvimento do servidor na carreira proceder-se-á mediante **promoção e ascensão**.

Não há que se falar mais em ascensão funcional no serviço público em geral, tendo em vista que o instituto foi declarado inconstitucional.

Um exemplo de ascensão, para que você compreenda o assunto, seria um escrivão da PCAL, sem concurso público, ingressar no cargo de delegado de polícia.

**Art. 16.** A lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira funcional na administração estadual estabelecerá as condições de promoção, ascensão e acesso, definindo os procedimentos através dos quais se procederão.

## Da Transferência

### Atenção:

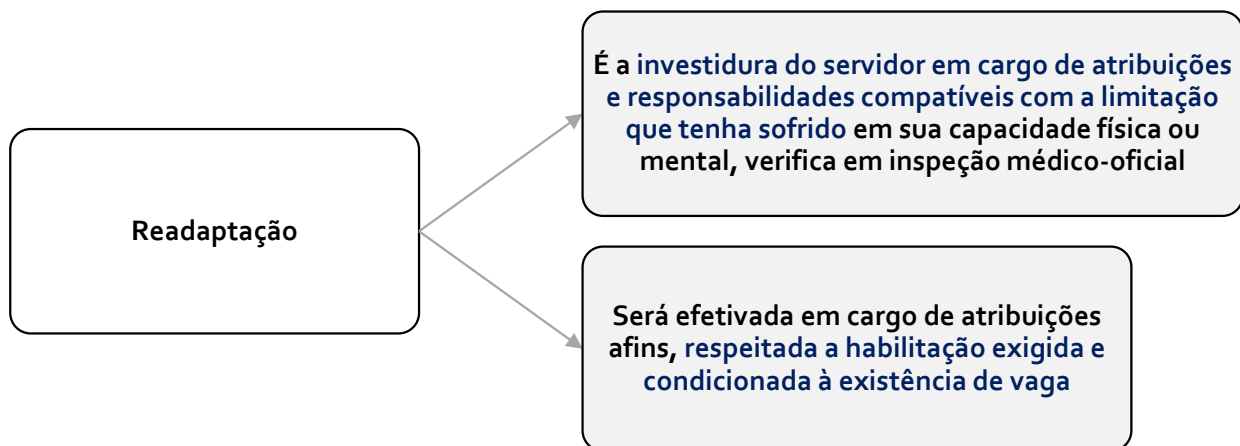
**Art. 17.** Transferência é a transposição do servidor estável de um cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder.

§ 1º A transferência ocorrerá de ofício ou a pedido do servidor atendido o interesse do serviço, em qualquer hipótese condicionada à exigência de vaga.

§ 2º Será admitida a transferência de servidor ocupante de cargo de quadro em extinção para igual situação em quadro de outro órgão ou entidade.

Atualmente, a transferência é uma forma de provimento de cargo público que também não tem mais aplicação, por ter sido, também, declarada inconstitucional.

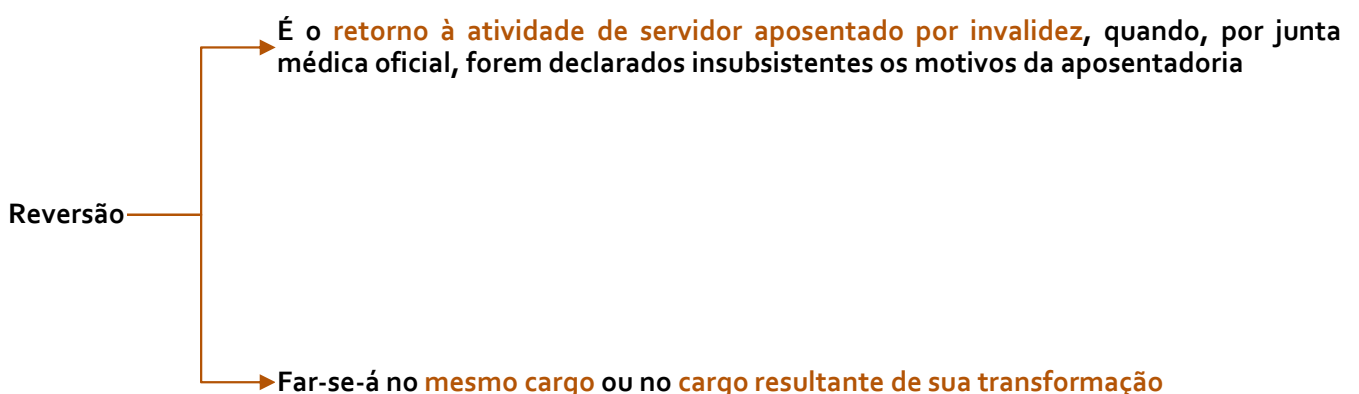
## Da Readaptação



Professor, o que será feito se o readaptando for julgado incapaz para o serviço público?

Amigo(a), se julgado incapaz para o serviço público, o **readaptando será aposentado**.

## Da Reversão





Professor, o que será feito no caso de se encontrar provido o cargo?

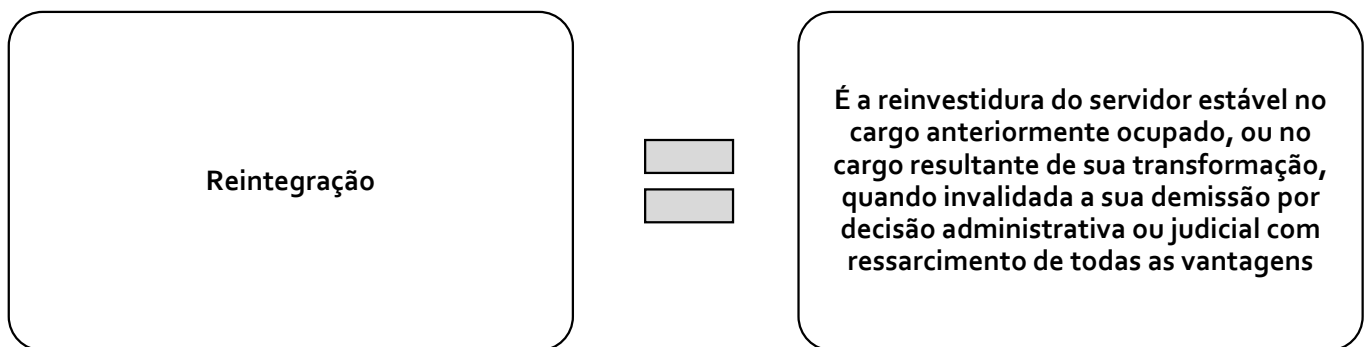
Amigo(a), encontrando-se provido o cargo, **o servidor exercerá suas atribuições como excedente**, até a ocorrência de vaga.

Existe algum servidor que não pode ser revertido?

**Resposta:** sim. Não poderá reverter o aposentado que já tiver **completado 70 (setenta) anos** de idade, segundo a Lei nº 5.247/1991.

Destaca-se que, atualmente, a idade para aposentadoria compulsória é 75 (setenta e cinco) anos de idade e que a reversão não mais se dará quando o servidor completar esta idade.

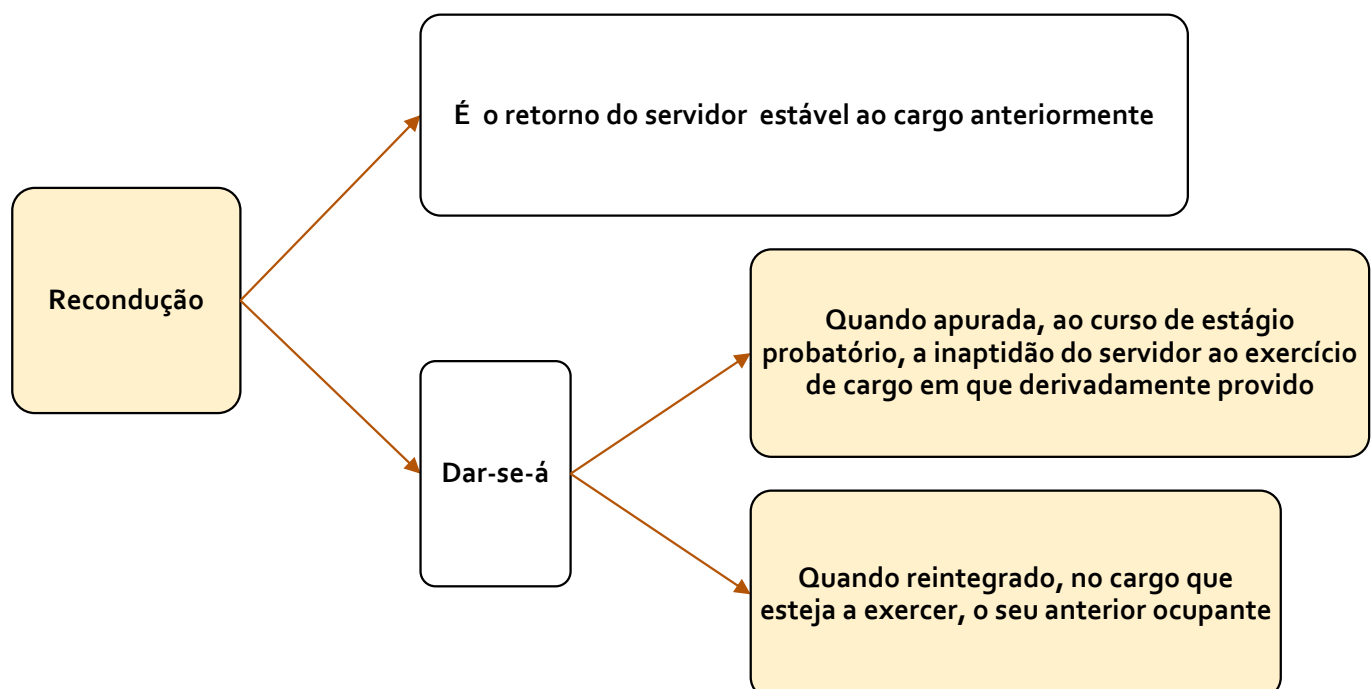
### Da Reintegração



É importante, sobre a reintegração, destacar o seguinte:

- Dando-se que tenha sido extinto o cargo anteriormente ocupado, **o servidor ficará em disponibilidade**.
- Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante **será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo**, ou, ainda, **posto em disponibilidade** respeitado o interesse do serviço público.

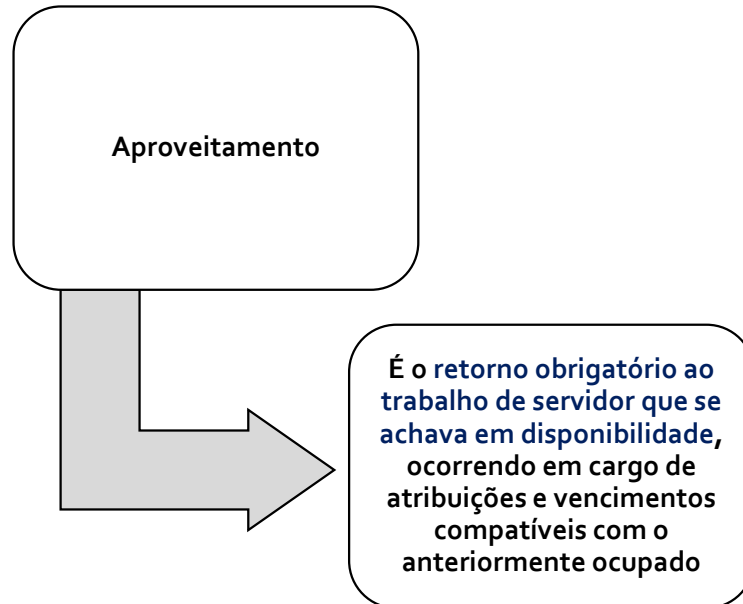
### Da Recondução



Professor, e se o cargo se encontrar provido?

Guerreiro(a), encontrando-se provido o cargo de origem, **será o servidor provido em outro**, de vencimento e atribuições compatíveis com o anteriormente ocupado.

### Do Aproveitamento

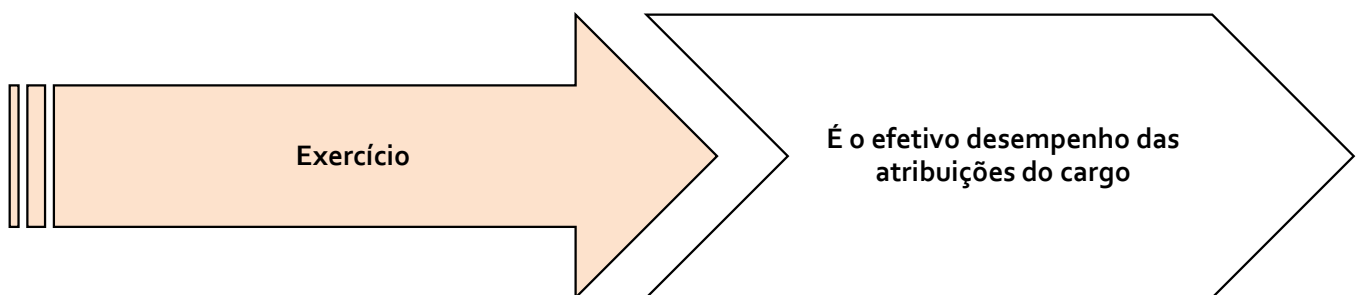


Atenção:

**Art. 25.** O Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da administração pública estadual.

**Art. 26.** **Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade** se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

### Do Exercício



Guerreiro(a), exercício é o momento em que o servidor público começa, efetivamente, a trabalhar, ou seja, a exercer as atribuições do cargo que ocupa.

Professor, qual o prazo para entrar em exercício?

Amigo(a), é de **30 (trinta) dias** o prazo para o servidor entrar em exercício, **contando da data da posse**.

O que vai acontecer se o exercício não for tomado no prazo legal?

**Resposta:** segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Alagoas, escoado o prazo, sem o início do exercício, **será o ato de nomeação revogado**.

A quem compete dar exercício ao servidor público civil de Alagoas?

**Resposta:** a autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício.

**Atenção:**

Art. 28. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício **serão registrados no assentamento individual do servidor.**

Parágrafo Único. O servidor, ao entrar em exercício, apresentará ao órgão competente os elementos necessários à abertura do seu assentamento individual.

Art. 29. A promoção ou a ascensão **não interrompe o tempo de exercício**, que é contado no novo posicionamento na carreira, a partir da data da publicação do ato que promover ou conceder a ascensão funcional ao servidor.

Art. 30. O servidor transferido, removido, redistribuído, requisitado ou cedido, que deva ter exercício em outra localidade, **terá 30 (trinta) dias de prazo para entrar em exercício**, incluído nesse período o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede.

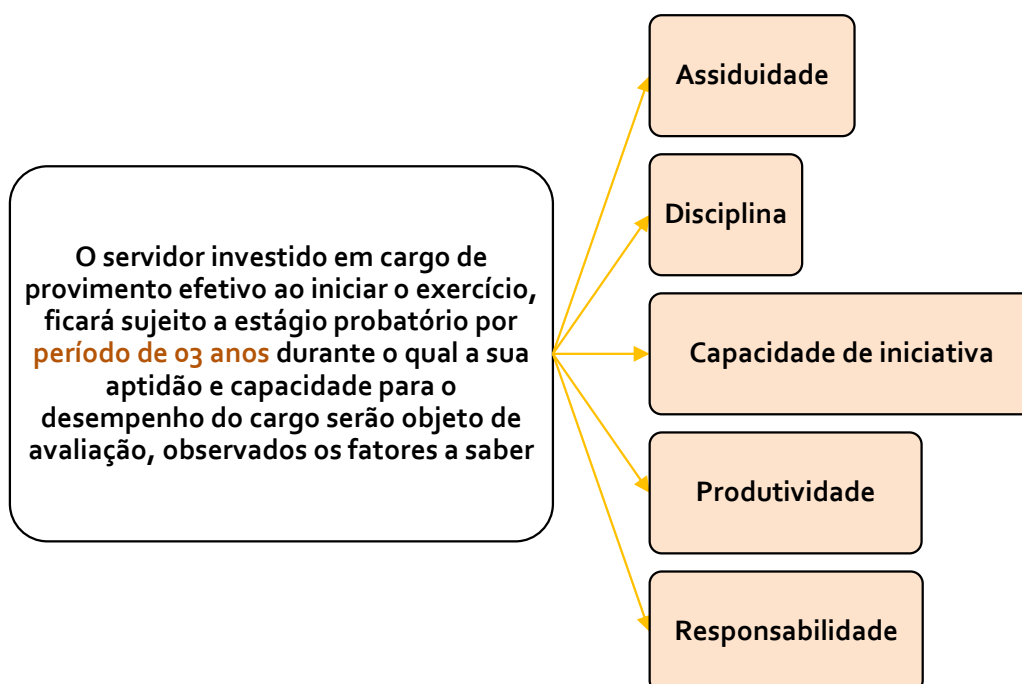
Parágrafo Único. Na hipótese de o servidor encontrar-se afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir do término do afastamento autorizado.

Professor, qual a jornada de trabalho do ocupante de cargo público civil?

Amigo(a), o ocupante de cargo público civil fica sujeito a **40 (quarenta) horas semanais de trabalho**, salvo quando a lei estabelecer duração diversa. Ao ocupante de cargo de provimento em comissão **é ainda exigida dedicação integral ao serviço**, pelo que poderá ser convocado sempre que houver interesse da administração.

**Atenção:** atualmente, sem divergência, o estágio probatório corresponde ao período de 03 (três) anos de efetivo exercício.

**Importante:**

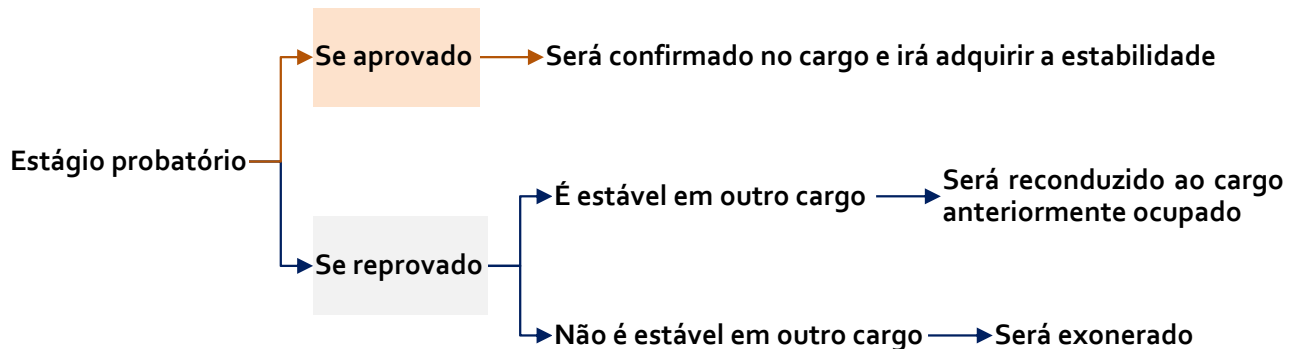


Atenção:

A aquisição da estabilidade é condicionada à avaliação especial de desempenho

O que será feito após a conclusão do período de prova no estágio probatório?

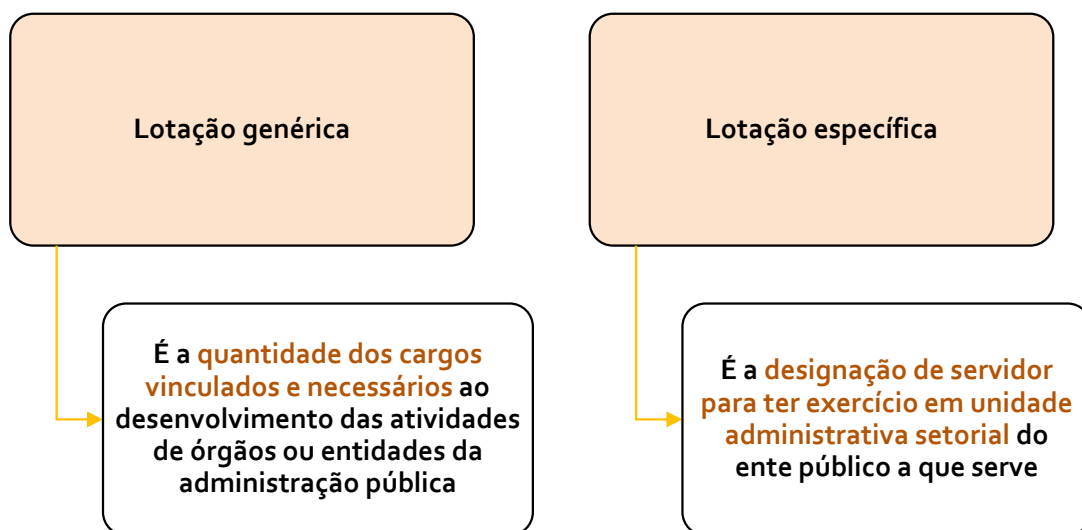
Amigo(a), concluído o período de prova, **será o resultado da avaliação homologado dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias**, contados a partir do dia imediato ao termo final, inclusive.



Professor, é permitido o desvio de função?

Guerreiro(a), não. **É vedado** o desvio de função.

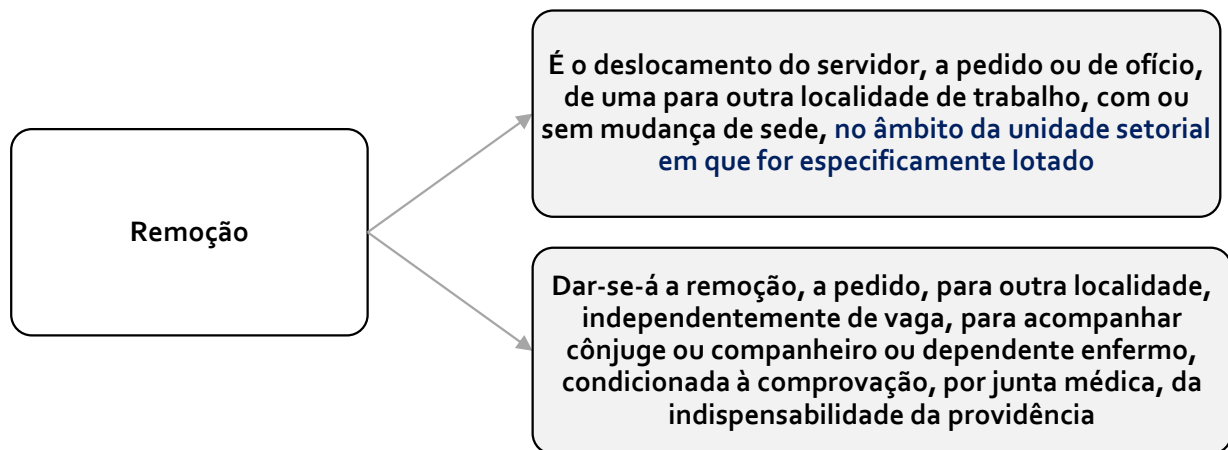
### Da Lotação



Professor, o servidor poderá servir fora da unidade onde tenha lotação específica?

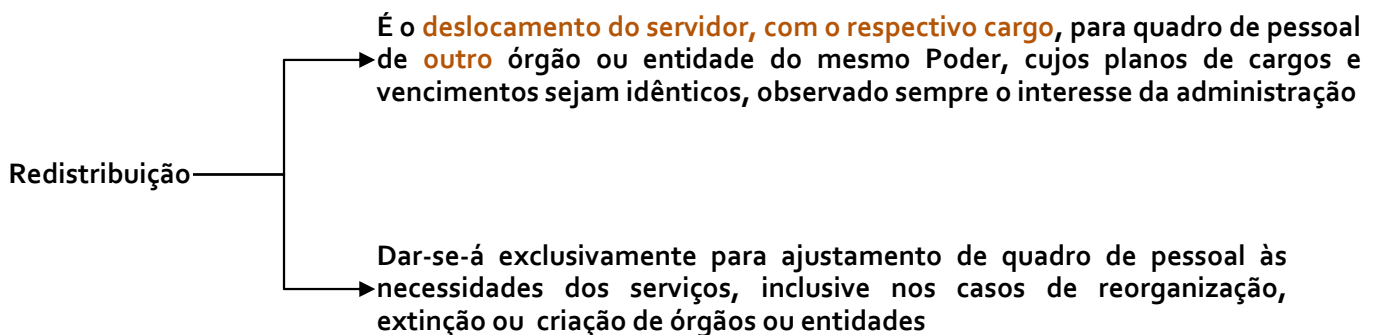
Guerreiro(a), **nenhum servidor** poderá servir fora da unidade onde tenha lotação específica, ressalvadas as hipóteses de provimento em cargo comissionado ou cessão segundo as condições e limites estabelecidos nesta lei.

## Da Remoção



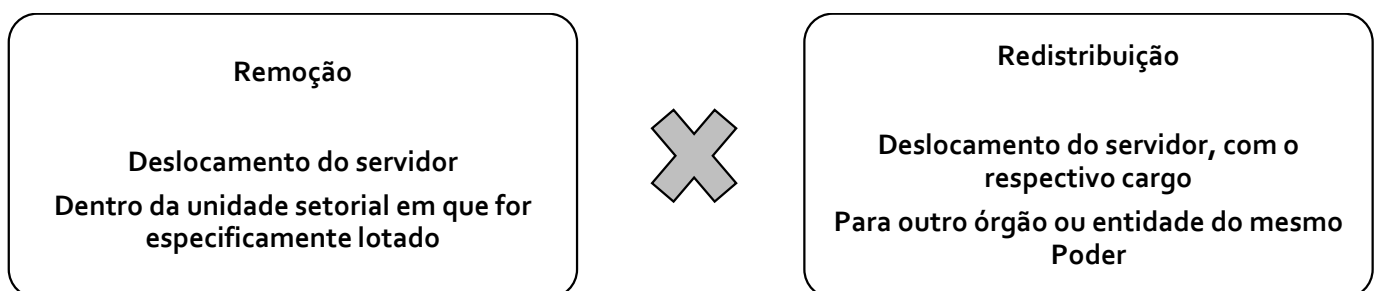
Em outras palavras, amigo(a), remoção é a alteração da lotação do servidor público.

## Da Redistribuição

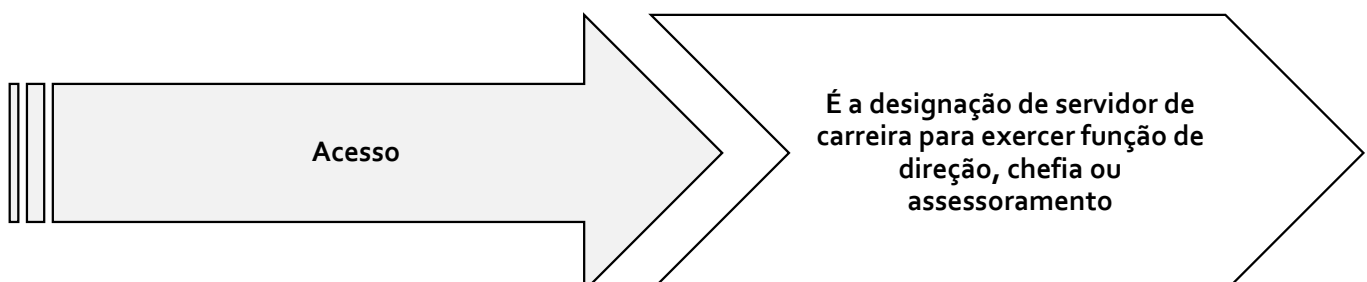


Caro(a) aluno(a), nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento.

Atenção:



## Do Acesso

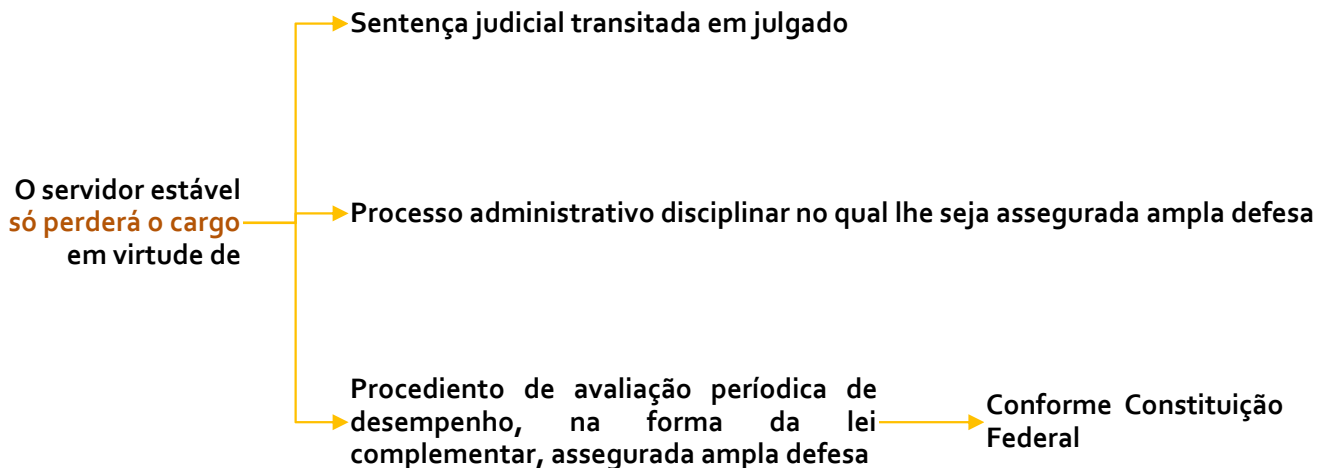


## Da Estabilidade

Professor, qual é o prazo para aquisição da estabilidade?

Amigo(a), o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar **03 (três) anos de efetivo exercício**.

Pode-se concluir que o prazo para aquisição da estabilidade se confunde com o prazo do estágio probatório: **03 (três) anos**.



## Da Vacância

Você pode entender a vacância como as hipóteses em que o cargo público, seja efetivo ou em comissão, fica não ocupado por um servidor público.



Professor, o que é exoneração:

Amigo(a), você pode entender a exoneração como uma forma de se encerrar a relação jurídica existente entre o servidor público e a administração pública, de uma forma não punitiva.

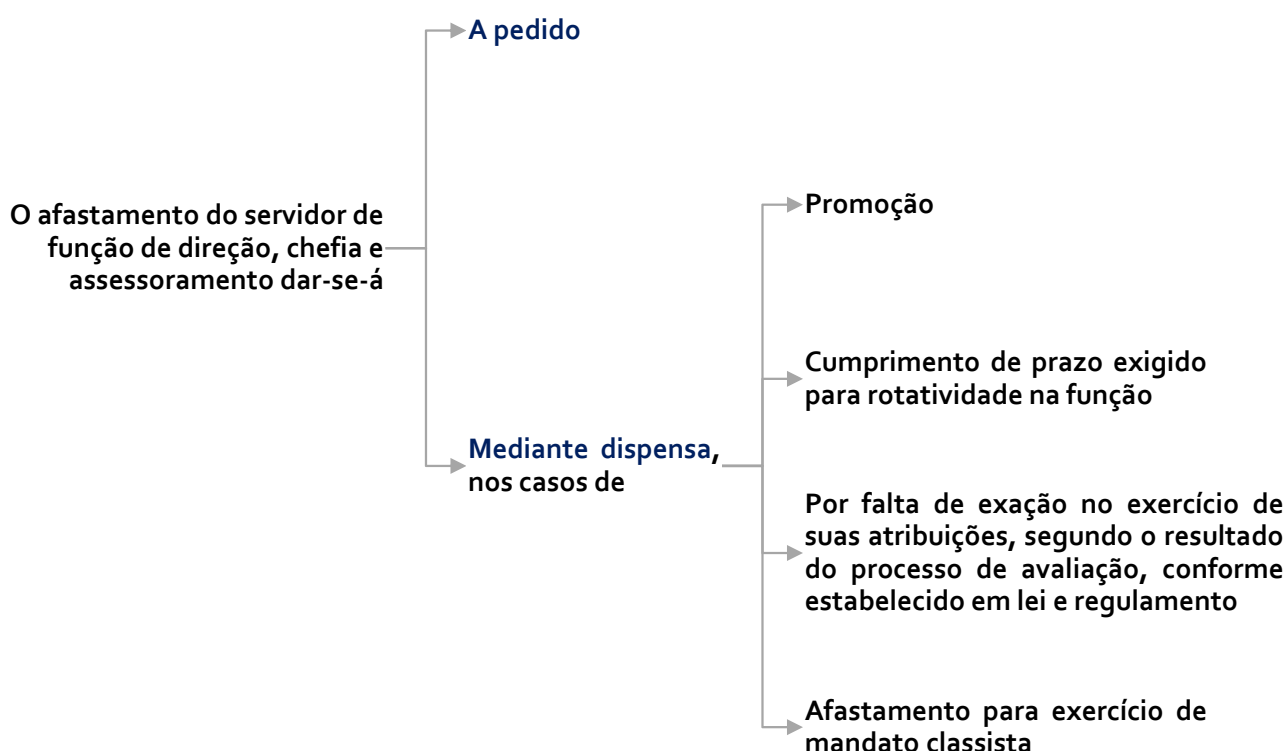
Professor, como se dará a exoneração do cargo efetivo do servidor?

Guerreiro(a), a exoneração de cargo efetivo dar-se-á **a pedido do servidor**, ou ainda **de ofício**, neste caso quando resultar apurada, em estágio probatório, sua inaptidão ao exercício do cargo.

**Destaque:** segundo a Constituição Federal, é possível, ainda, exonerar o servidor público estável quando as despesas com pessoal extrapolarem os limites fixados em Lei Complementar.

Exoneração	
De cargo efetivo	De cargo em comissão
- A pedido do servidor - De ofício, quando resultar apurada, em estágio probatório, sua inaptidão ao exercício do cargo	- A juízo da autoridade competente - A pedido do próprio servidor

**Importante:**



**Atenção:**

- ✓ **Exoneração:** vacância de cargo público;
- ✓ **Dispensa:** afastamento de função pública

## Da Substituição

### Atenção:

**Art. 43.** Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargos em comissão **terão substitutos** indicados no regime interno ou, em caso de omissão, previamente designados pela autoridade competente.

§ 1º O substituto **assumirá automática e cumulativamente**, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia nos afastamentos ou impedimentos legais ou regulamentares do titular.

§ 2º O substituto fará jus a gratificação pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia nos casos de afastamento ou impedimento legais do titular, **superiores a trinta dias**, paga na proporção dos dias de efetiva substituição.

**Art. 44.** O disposto no artigo anterior aplica-se aos titulares de unidades administrativas organizadas em nível de assessoria.

Guerreiro(a), encerra-se, aqui, a **primeira parte** de seu estudo da Lei nº 5.247/1991.

Agora, é hora de resolver todos os exercícios e de fazer sua revisão.

**Sucesso!**



## Questões Comentadas

Em conformidade com a **Lei Estadual nº 5.247/1991**, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, julgue o item a seguir.

1. **(INÉDITA)** Função é um centro unitário e indivisível de competências, criado por lei, com determinação própria e em número certo, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público.

Errado.

O item apresenta, na verdade, o conceito de **cargo**.

### Função

É o conjunto de atribuições e responsabilidades cometíveis a uma categoria funcional ou individualmente a determinado agente da Administração, em caráter permanente ou transitório



### Cargo

É um centro unitário e indivisível de competências, criado por lei, com determinação própria e em número certo, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

2. **(INÉDITA)** A posse ocorrerá dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, improrrogáveis.

Errado.

O prazo da posse poderá ser prorrogado.

Conforme disposto no Artigo 13, §§ 2º e 4º, da Lei nº 5.247/1991, a posse ocorrerá dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, **prorrogável por mais 30 (trinta) dias**, a requerimento do interessado e, em se tratando de servidor em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

3. **(INÉDITA)** É vedada a prestação de serviços gratuitos, em qualquer caso.

Errado.

O erro da questão se encontra na expressão "em qualquer caso".

Nos casos previstos em lei, será permitida a prestação de serviços gratuitos.

Observe:

Art. 4º É vedado a prestação de serviços gratuitos, **salvo nos casos expressamente previstos na lei**.

4. (INÉDITA) Reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verifica em inspeção médico-oficial.

Errado.

A questão apresenta, na verdade, o conceito de **readaptação**.

#### Readaptação

É a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verifica em inspeção médico-oficial



#### Reintegração

É a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial com ressarcimento de todas as vantagens

5. (INÉDITA) Recondição é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Errado.

O item apresenta o conceito de **reversão**.

#### Reversão

É o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria



#### Recondição

É o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente quando apurada, ao curso de estágio probatório, a inaptidão do servidor ao exercício de cargo em que derivadamente provido e quando reintegrado, no cargo que esteja a exercer, o seu anterior ocupante.

6. (INÉDITA) A exoneração de cargo em comissão ocorrerá a juízo da autoridade competente e a pedido do próprio servidor.

Certo.

Conforme disposto no Artigo 42 da Lei nº 5.247/1991, a exoneração de cargo em comissão ocorrerá **a juízo da autoridade competente e a pedido** do próprio servidor.

7. (INÉDITA) Chaves, recentemente nomeado e empossado em cargo público efetivo do Estado de Alagoas, pretende entrar em exercício.

Nessa situação, segundo a Lei nº 5.247/1991, é correto afirmar que Chaves terá 15 (quinze) dias úteis para iniciar o efetivo desempenho das atribuições do seu cargo.

**Errado.**

O prazo para entrar em exercício apresentado pelo item está incorreto.

Chaves terá **30 (trinta) dias** para entrar em exercício.

**Observe:**

Art. 27. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º É de **30 (trinta) dias** o prazo para o servidor entrar em exercício, contando da data da posse.

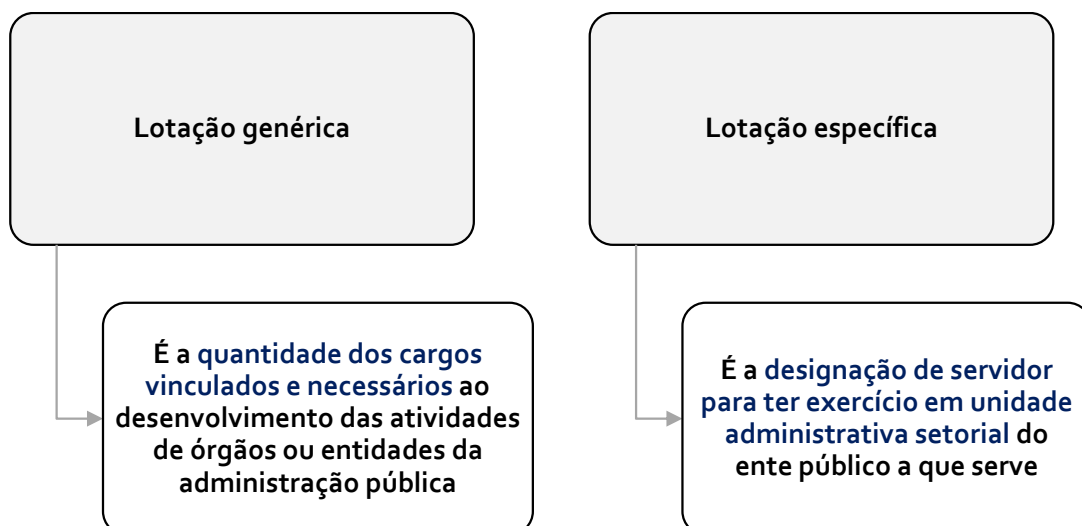
§ 2º Escoado o prazo estabelecido no parágrafo precedente, sem o início do exercício, será o ato de nomeação revogado.

§ 3º A autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício.

8. (INÉDITA) Lotação Específica é a quantidade dos cargos vinculados e necessários ao desenvolvimento das atividades de órgãos ou entidades da administração pública. Lotação Genérica é a designação de servidor para ter exercício em unidade administrativa setorial do ente público a que serve.

**Errado.**

A questão inverteu os conceitos de Lotação Genérica e Lotação Específica.



9. (INÉDITA) Alessandro, servidor público do Estado de Alagoas, encontrava-se em disponibilidade, mas retornou ao cargo que ocupava anteriormente.

De acordo com a Lei nº 5.247/1991, é correto afirmar que o retorno de Alessandro ao cargo se deu mediante aproveitamento.

**Certo.**

Segundo o Artigo 24 do Estatuto do Servidor Público Civil de Alagoas, **aproveitamento é o retorno obrigatório ao trabalho de servidor que se achava em disponibilidade**, ocorrendo em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

10. (INÉDITA) O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez por igual período.

**Certo.**

A questão apresenta, corretamente, o prazo de validade do concurso público, conforme a Lei nº 5.247/1991 e também conforme a Constituição Federal.

**Observe o que diz o Estatuto:**

Art. 12. O concurso público terá **validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez por igual período.**

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grandecirculação.

11. (INÉDITA) A exoneração e a demissão são hipóteses de vacância.

**Certo.**

A **exoneração** e a **demissão** são, sim, hipóteses de vacância.

**Observe:**

**Art. 40.** Determinarão a vacância do cargo público:

**I - a exoneração;**

**II - a demissão;**

III - a promoção;

IV - a ascensão;

**Destaca-se que a ascensão e a transferência foram declaradas inconstitucionais**

V - a transferência;  
 VI - a readaptação;  
 VII - a aposentadoria;  
 VIII - a posse em outro cargo incompatível;  
 IX - o falecimento.

**12. (INÉDITA)** Conforme a Lei nº 5.247/1991, o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

**Certo.**

É isso mesmo.

Observe o que diz a Lei nº 5.247/1991 e a Constituição Federal:

Perda do Cargo	
Estatuto do Servidor Público Civil de Alagoas	Constituição Federal
<ul style="list-style-type: none"> <li>- em virtude de sentença judicial transitada em julgado</li> <li>- em virtude de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- em virtude de sentença judicial transitada em julgado</li> <li>- mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa</li> <li>- mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa</li> </ul>

**13. (INÉDITA)** Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição a concurso público para provimento de cargo cujas atribuições estejam aptas a exercer, sendo-lhes reservadas até 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas.

**Errado.**

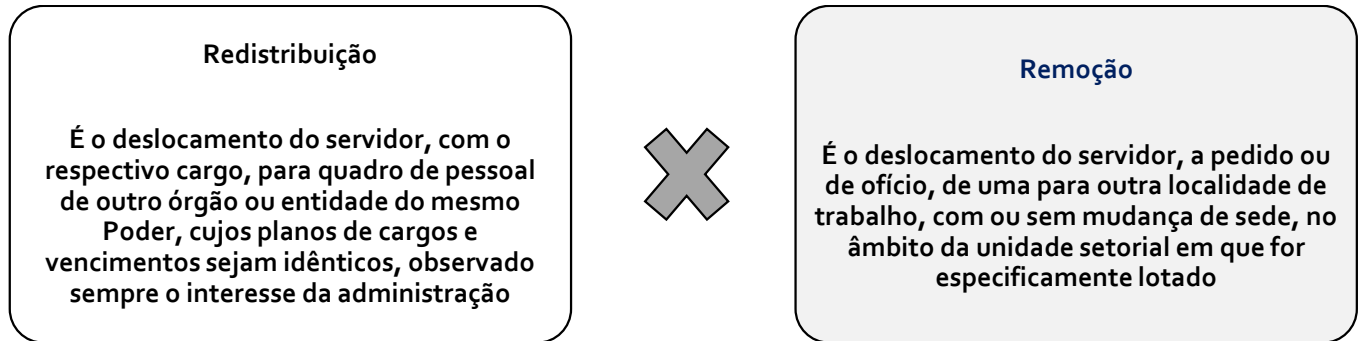
O percentual apresentado pela questão é incorreto.

Conforme o Artigo 5º, § 2º, da Lei nº 5.247/1991, às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição a concurso público para provimento de cargo cujas atribuições estejam aptas a exercer, sendo-lhes reservadas **até 20% (vinte por cento)** das vagas oferecidas.

14. (INÉDITA) Redistribuição é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, de uma para outra localidade de trabalho, com ou sem mudança de sede, no âmbito da unidade setorial em que for especificamente lotado.

Errado.

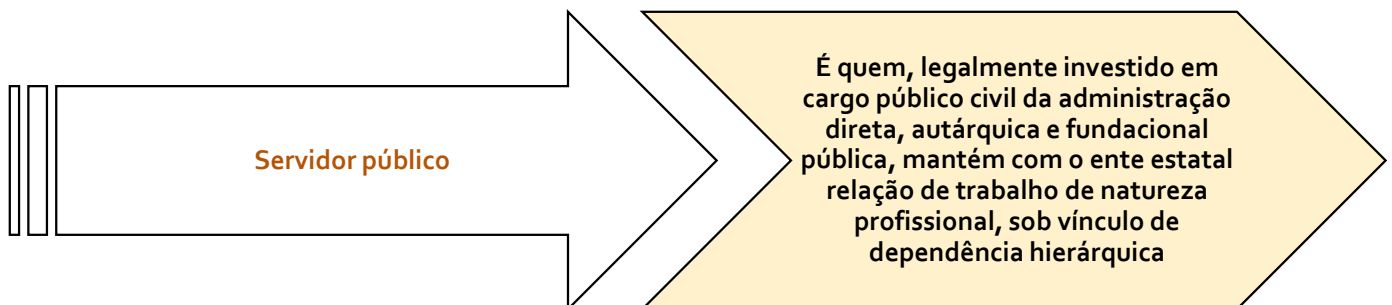
A questão apresentou, na verdade, o conceito de **remoção**.



15. (INÉDITA) Servidor Público Civil é quem, legalmente investido em cargo público civil da administração direta, autárquica e fundacional pública, mantém com o ente estatal relação de trabalho de natureza profissional, sob vínculo de dependência hierárquica.

Certo.

A questão apresenta, de forma correta, a **definição de servidor público** prevista no Estatuto do Servidor Público Civil do Estado de Alagoas.



---

## Lista de Questões

---

Em conformidade com a **Lei Estadual nº 5.247/1991**, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, julgue o item a seguir.

1. **(INÉDITA)** Função é um centro unitário e indivisível de competências, criado por lei, com determinação própria e em número certo, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público.

2. **(INÉDITA)** A posse ocorrerá dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, improrrogáveis.

3. **(INÉDITA)** É vedada a prestação de serviços gratuitos, em qualquer caso.

4. **(INÉDITA)** Reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verifica em inspeção médico-oficial.

5. **(INÉDITA)** Recondução é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

6. **(INÉDITA)** A exoneração de cargo em comissão ocorrerá a juízo da autoridade competente e a pedido do próprio servidor.

7. **(INÉDITA)** Chaves, recentemente nomeado e empossado em cargo público efetivo do Estado de Alagoas, pretende entrar em exercício.

Nessa situação, segundo a Lei nº 5.247/1991, é correto afirmar que Chaves terá 15 (quinze) dias úteis para iniciar o efetivo desempenho das atribuições do seu cargo.

8. **(INÉDITA)** Lotação Específica é a quantidade dos cargos vinculados e necessários ao desenvolvimento das atividades de órgãos ou entidades da administração pública. Lotação Genérica é a designação de servidor para ter exercício em unidade administrativa setorial do ente público a que serve.

---

9. **(INÉDITA)** Alessandro, servidor público do Estado de Alagoas, encontrava-se em disponibilidade, mas retornou ao cargo que ocupava anteriormente.

De acordo com a Lei nº 5.247/1991, é correto afirmar que o retorno de Alessandro ao cargo se deu mediante aproveitamento.

10. **(INÉDITA)** O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez por igual período.

11. **(INÉDITA)** A exoneração e a demissão são hipóteses de vacância.

12. **(INÉDITA)** Conforme a Lei nº 5.247/1991, o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

13. **(INÉDITA)** Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição a concurso público para provimento de cargo cujas atribuições estejam aptas a exercer, sendo-lhes reservadas até 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas.

14. **(INÉDITA)** Redistribuição é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, de uma para outra localidade de trabalho, com ou sem mudança de sede, no âmbito da unidade setorial em que for especificamente lotado.

15. **(INÉDITA)** Servidor Público Civil é quem, legalmente investido em cargo público civil da administração direta, autárquica e fundacional pública, mantém com o ente estatal relação de trabalho de natureza profissional, sob vínculo de dependência hierárquica.



---

## Gabarito

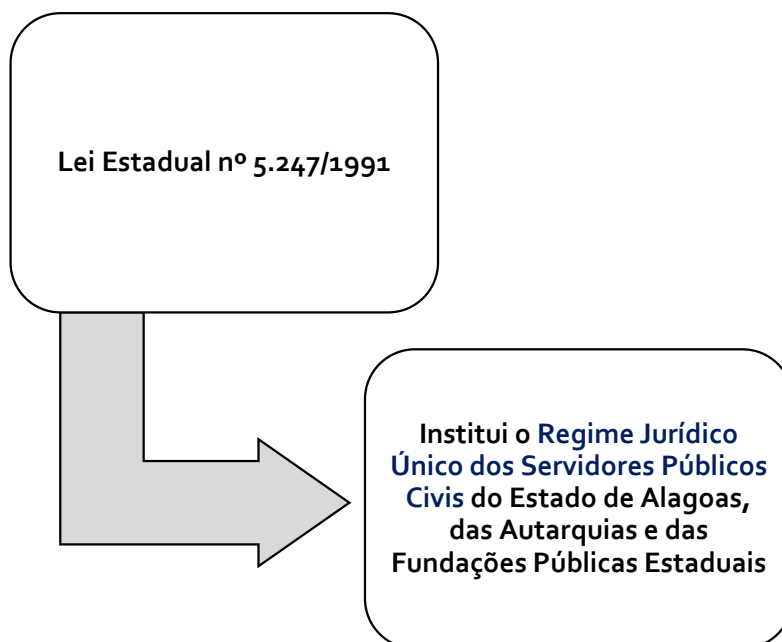
---

1. ERRADO
2. ERRADO
3. ERRADO
4. ERRADO
5. ERRADO
6. CERTO
7. ERRADO
8. ERRADO

9. CERTO
10. CERTO
11. CERTO
12. CERTO
13. ERRADO
14. ERRADO
15. CERTO

## Resumo Direcionado

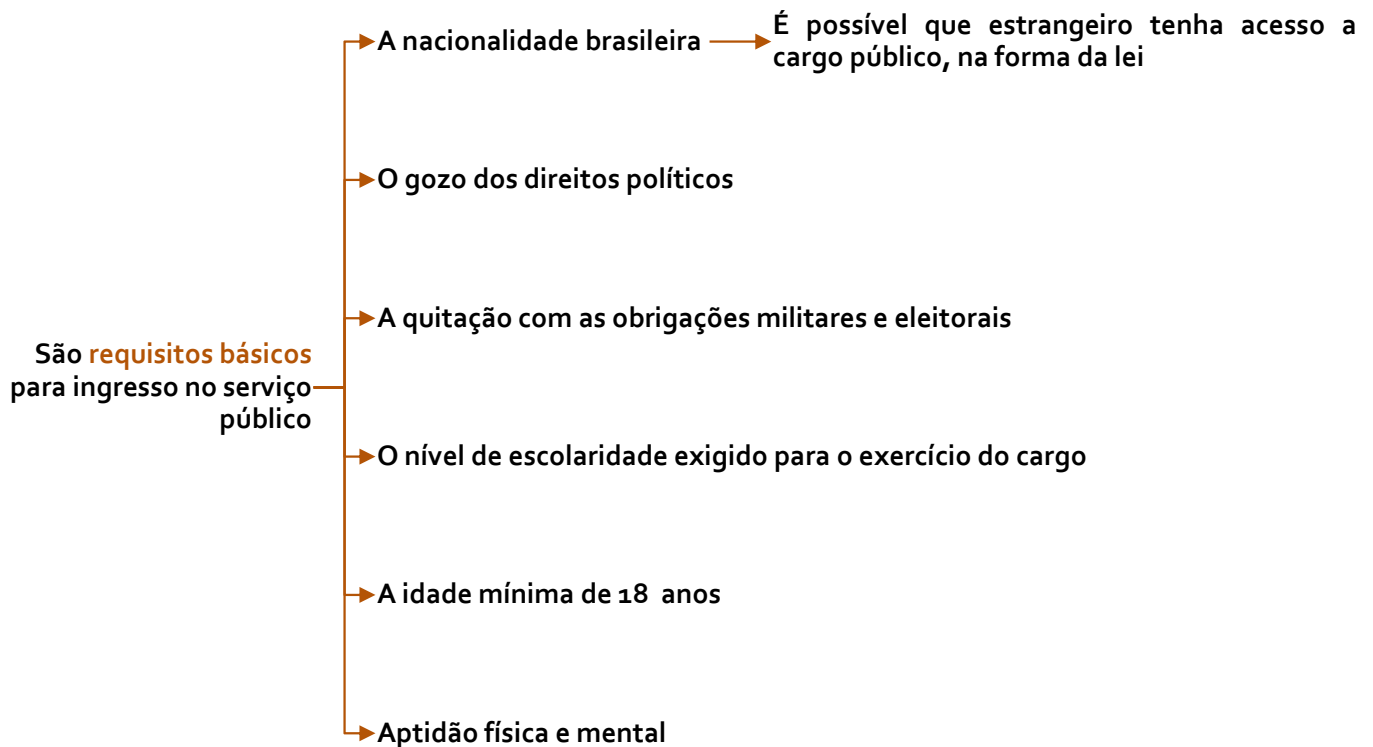
Lei Estadual nº 5.247/1991



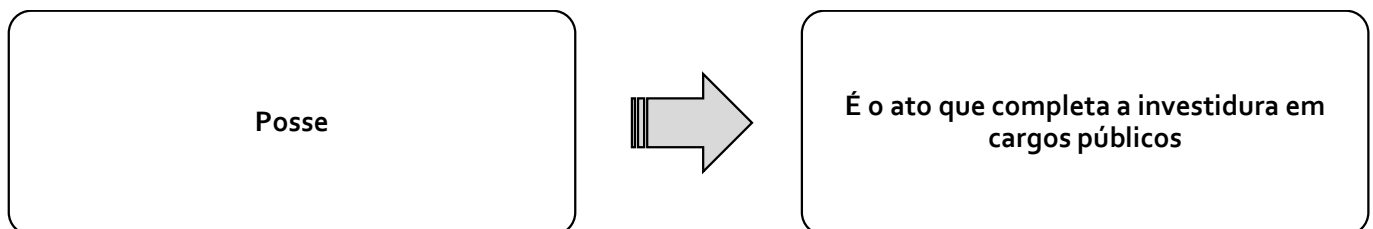
Conceitos

Adotar-se-ão, para efeitos desta lei, as definições a saber	
Função	É o conjunto de atribuições e responsabilidades cometíveis a uma categoria funcional ou individualmente a determinado agente da Administração, em caráter permanente ou transitório
Cargo	É um centro unitário e indivisível de competências, criado por lei, com determinação própria e em número certo, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público
Servidor Público Civil	É quem, legalmente investido em cargo público civil da administração direta, autárquica e fundacional pública, mantém com o ente estatal relação de trabalho de natureza profissional, sob vínculo de dependência hierárquica
Regime Jurídico Único	É o conjunto de normas que disciplinam as relações de trabalho dos servidores público civis da administração direta, autárquica e fundacional pública, definindo-lhes os direitos, responsabilidades e deveres

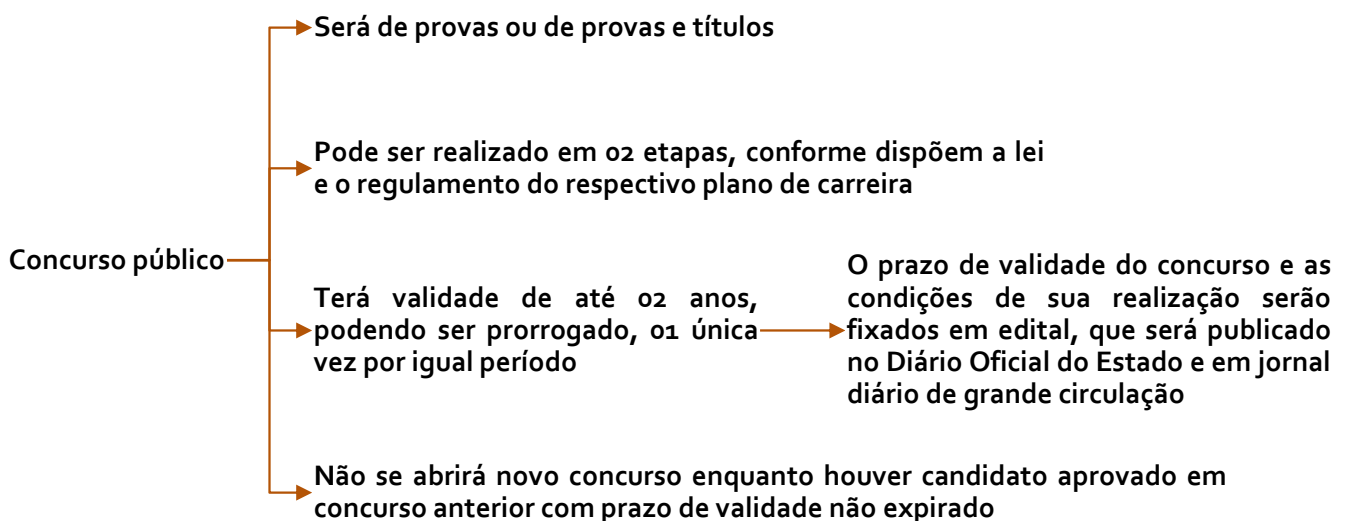
## Requisitos para ingresso



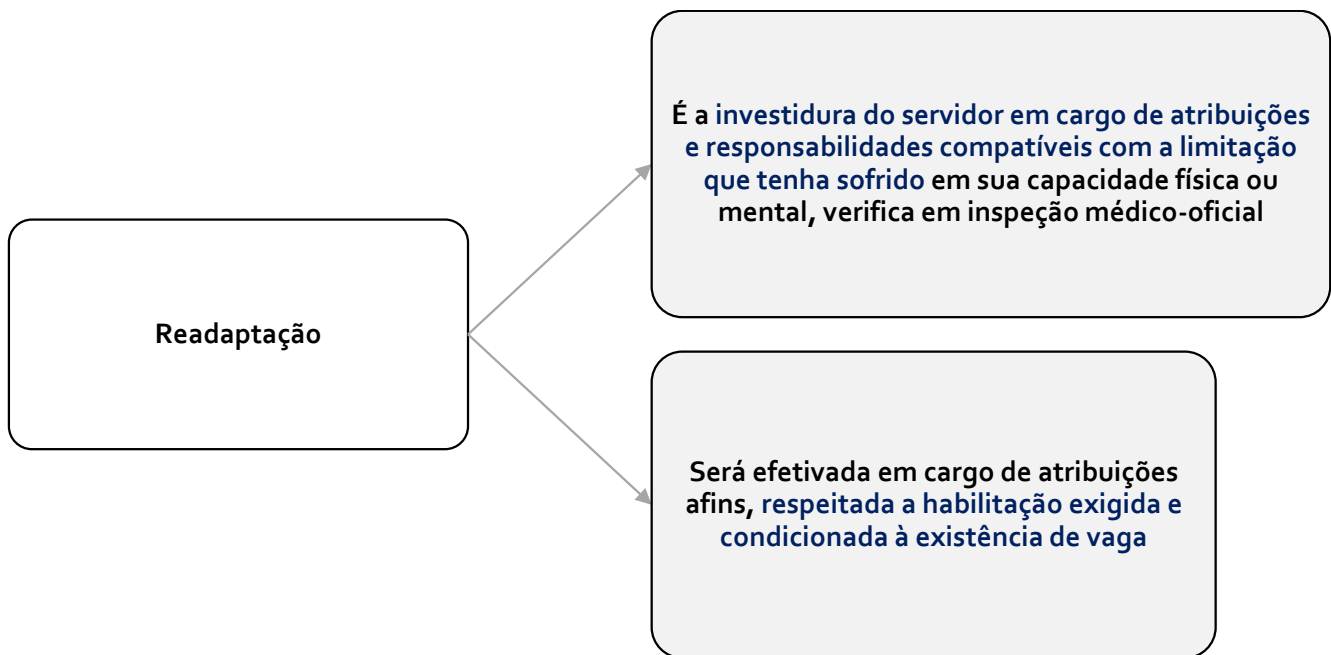
## Posse



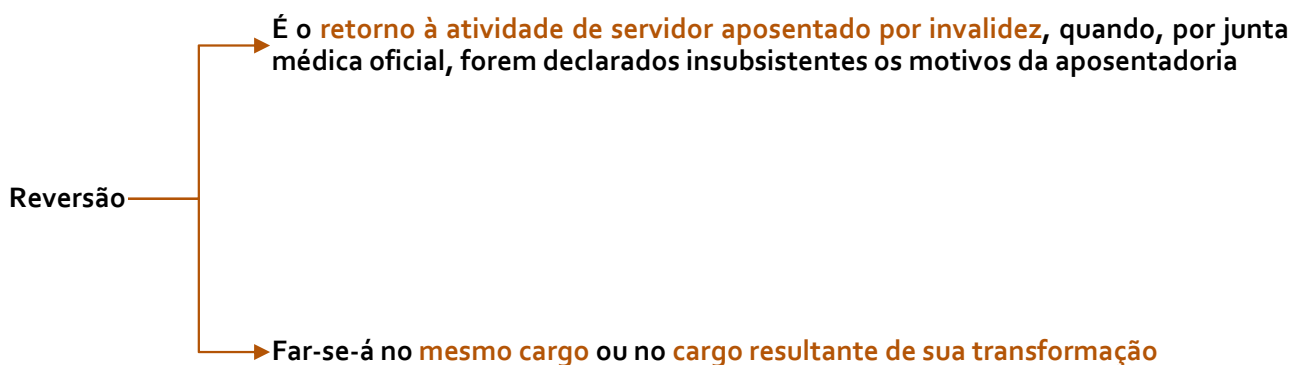
## Concurso público



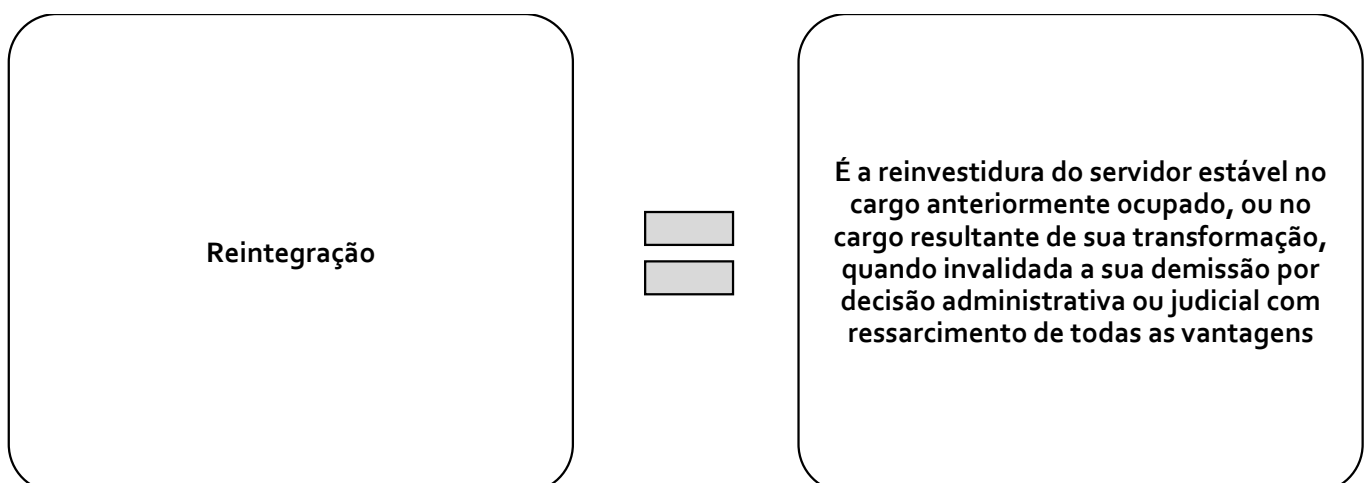
## Readaptação



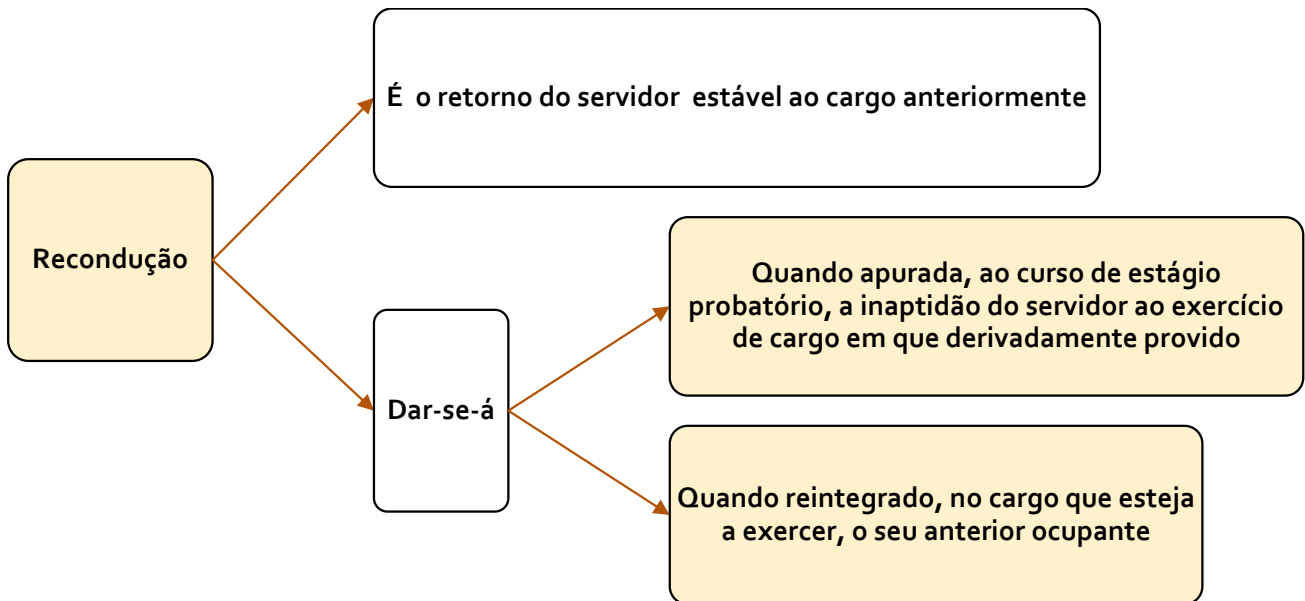
## Reversão



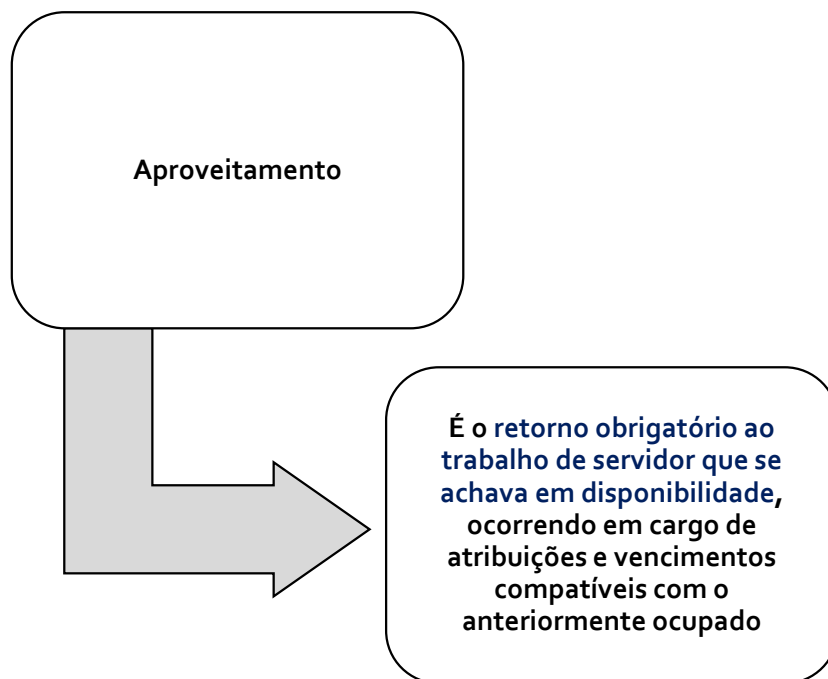
## Reintegração



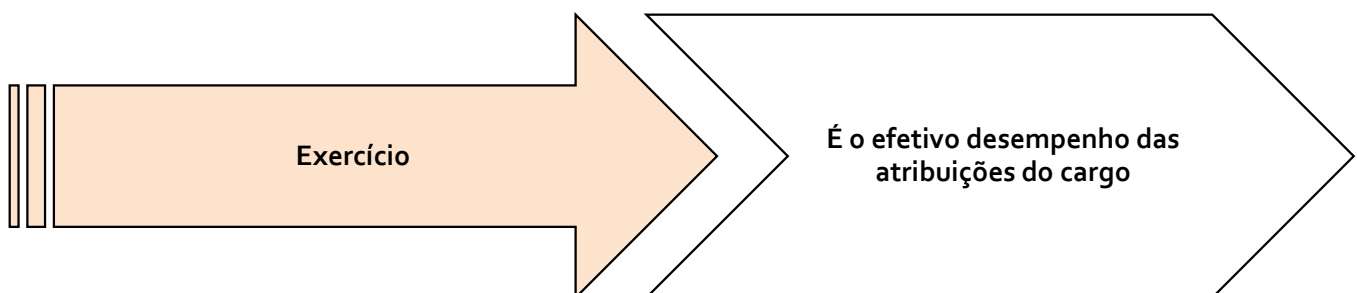
Recondução



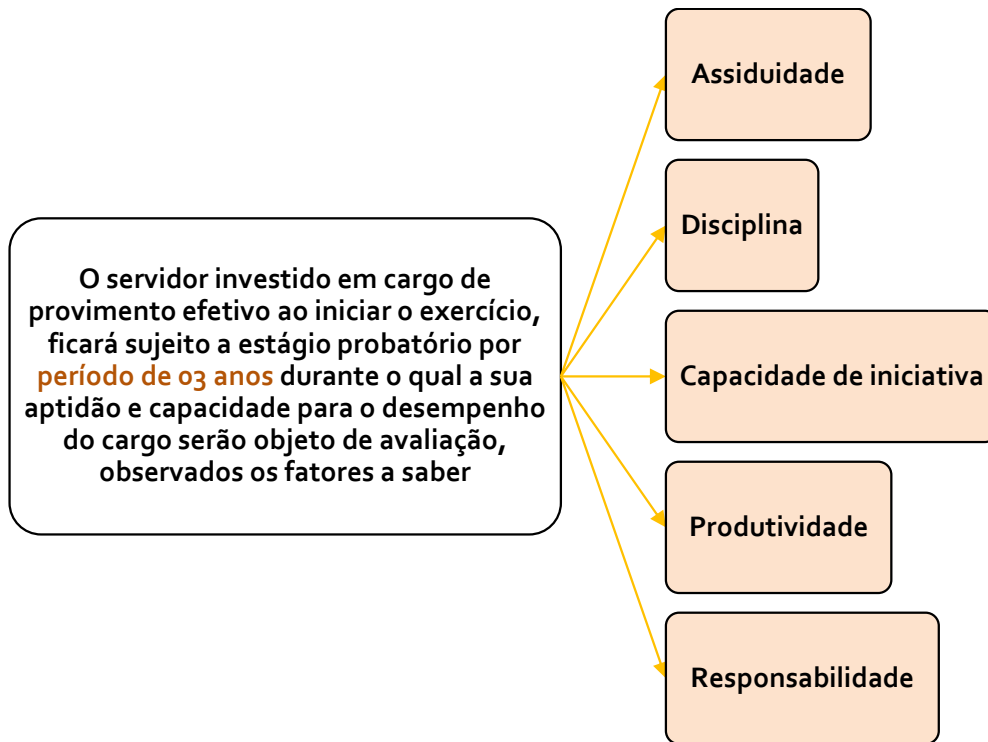
Aproveitamento



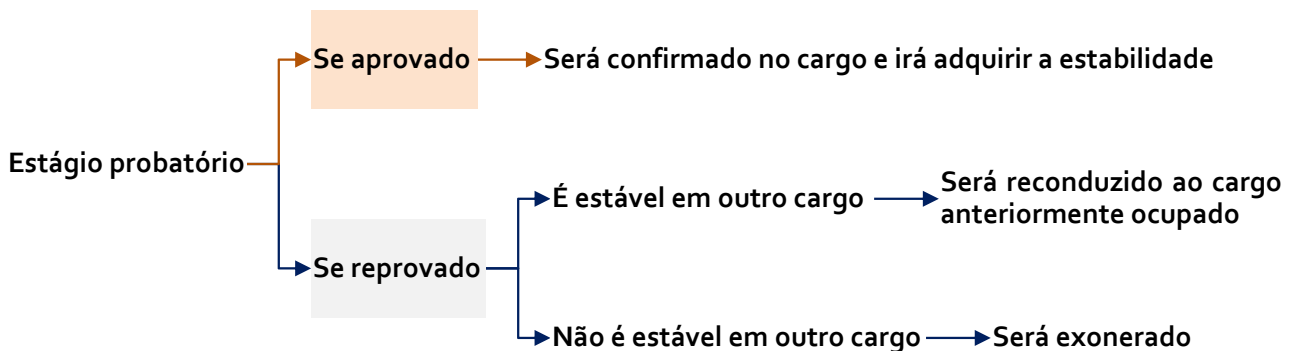
Exercício



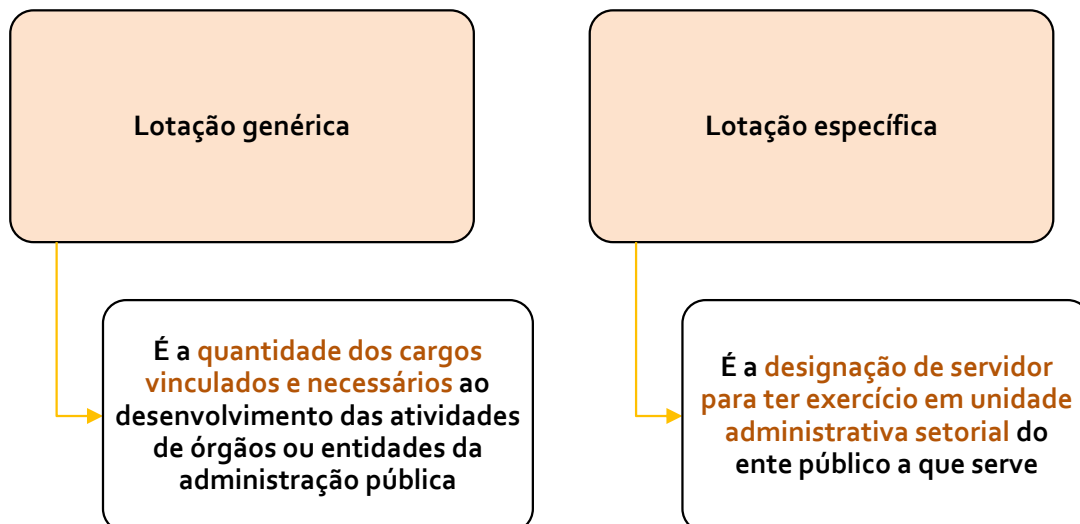
### Estágio probatório



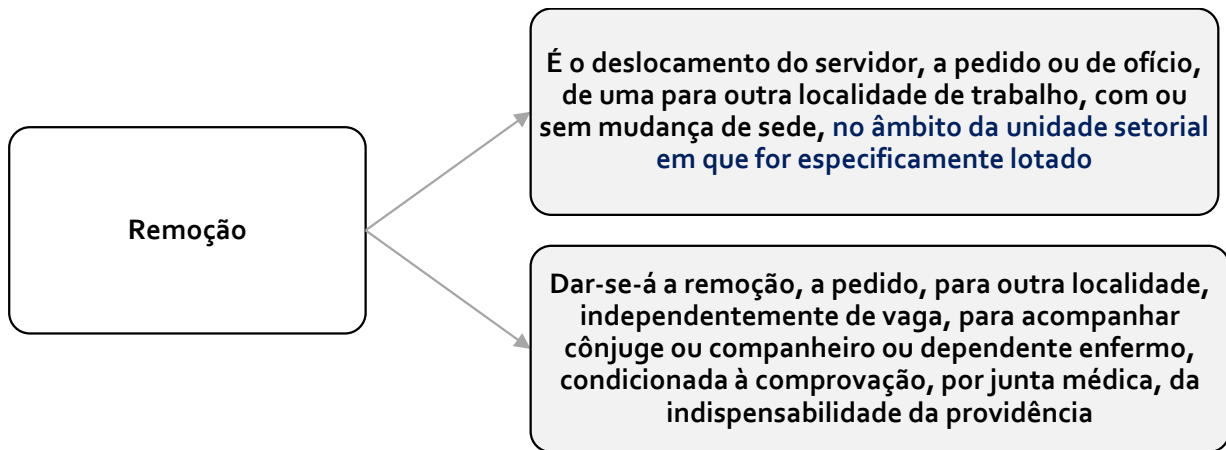
### Estágio probatório



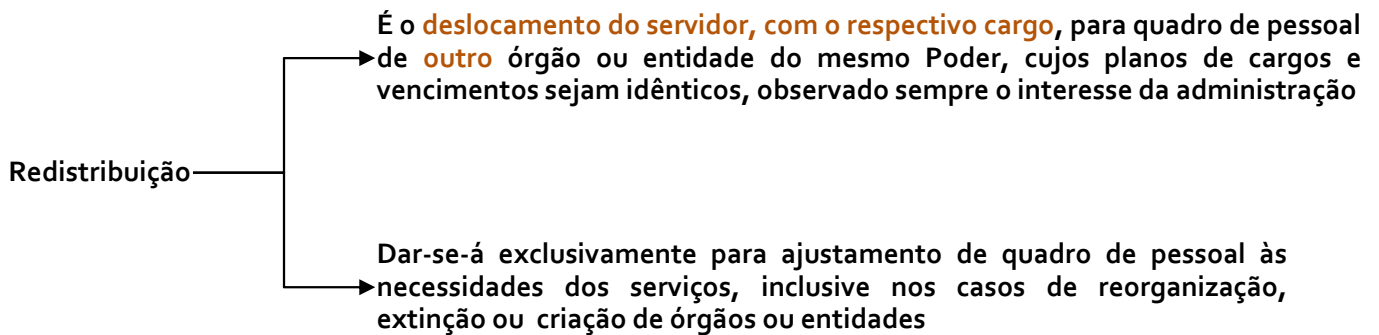
### Lotação



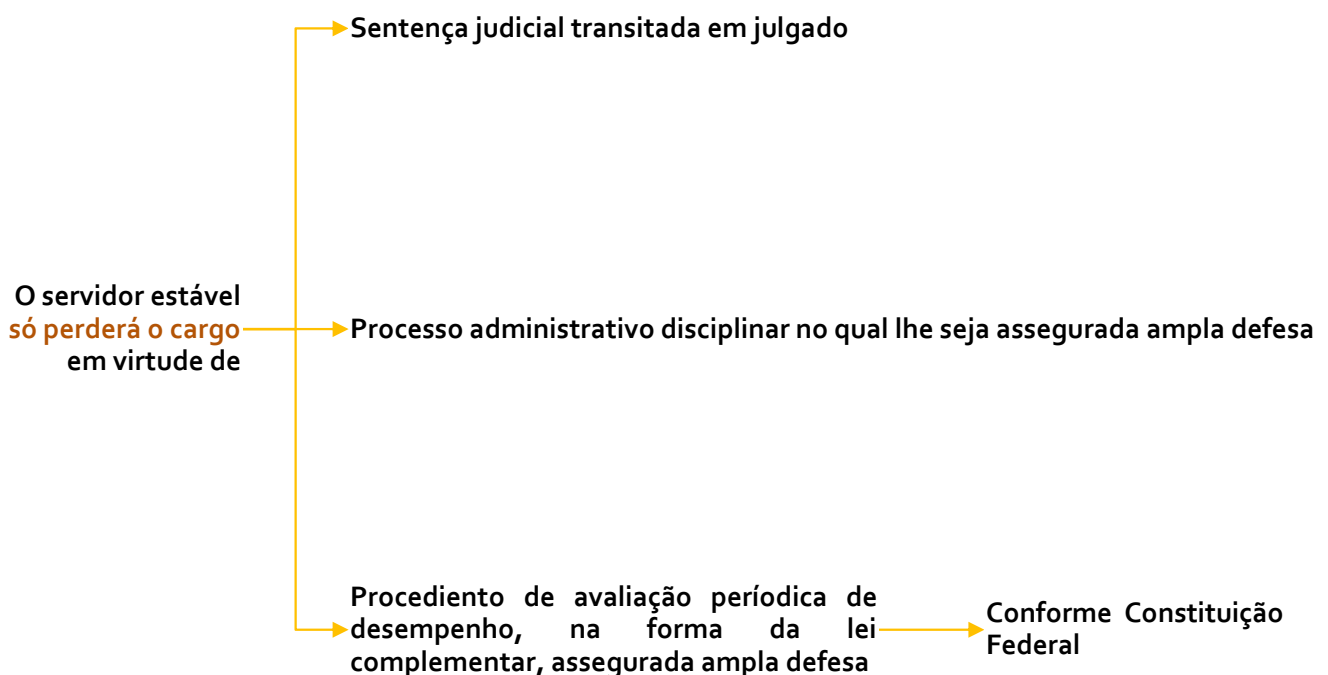
Remoção



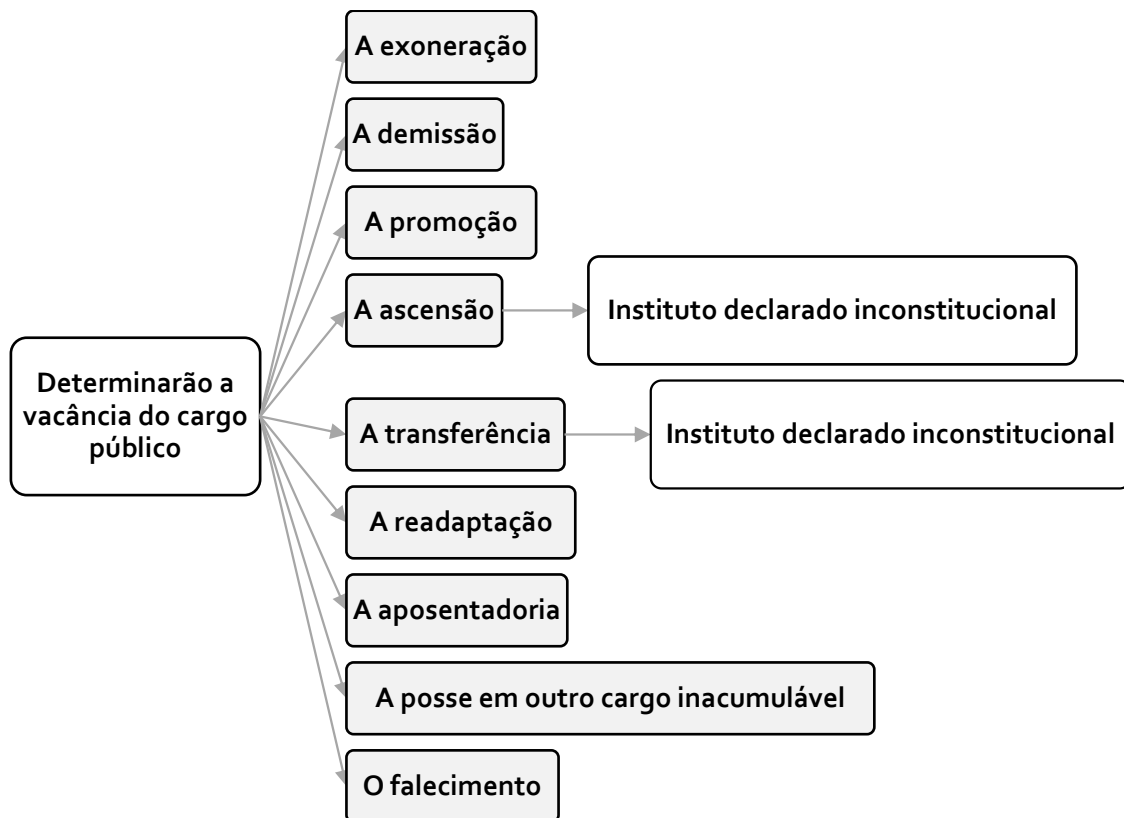
Redistribuição



Perda do cargo



## Vacância



Obrigado!

Até nosso próximo encontro!